

A-02372

Decretado estado de emergência nas escolas

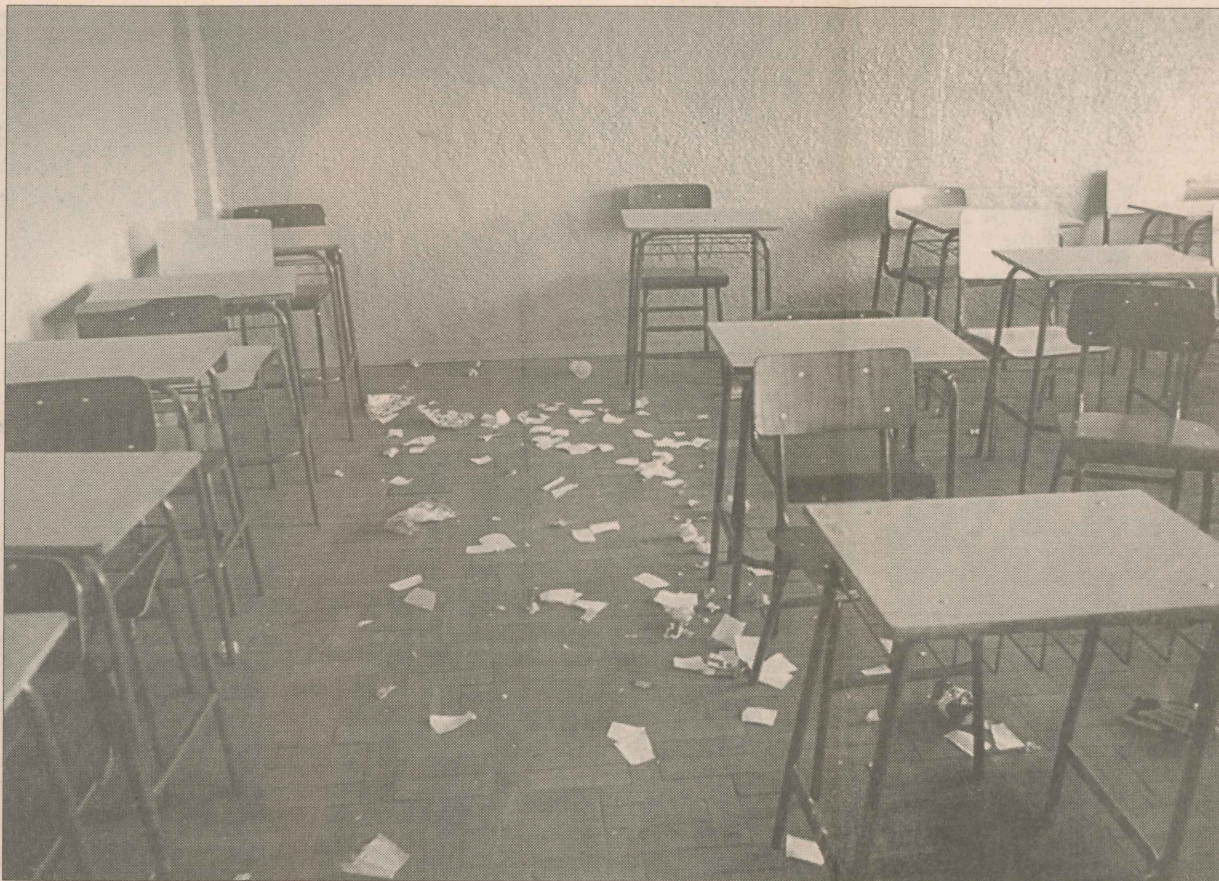
O Governo do Estado vai contratar 5,3 mil pessoas para preencher vagas de servente e auxiliar de secretaria na rede

O Governo do Estado decretou ontem estado de emergência na rede pública de ensino. A decisão foi tomada visando a preencher a deficiência de funcionários administrativos nas escolas. Serão contratadas cerca de 5,3 mil pessoas para vagas de servente e auxiliar de secretaria. Segundo o secretário de Estado da Educação, Robson Neves, a empresa Shopping Limpe – que executava o serviço – apresentou irregularidades no recolhimento de direitos trabalhistas.

No último dia 31, a Secretaria de Estado da Educação (Sedu) rescindiu o contrato com a Shopping Limpe. “Se não fizessemos isso, mais de 400 mil alunos seriam prejudicados. Cerca de 1,3 mil escolas estariam inviabilizadas de funcionar”, garante o secretário. Robson Neves explica que as irregularidades foram detectadas a partir de rasuras na apresentação das guias de recolhimento do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social). “De setembro do ano passado a março deste ano a empresa deixou de pagar R\$ 835 mil ao INSS”, afirma.

RACIONALIZAR – Robson Neves garante que as contratações não vão trazer gastos para o Estado. “Muito pelo contrário. Vamos ter uma redução de cerca de R\$ 1,5 mil”. A economia surgiu com a diminuição de cerca de 2,8 mil funcionários. Não vai ser prejudicial para as escolas? “Muitas escolas têm um número de funcionários excessivo. O que vamos fazer é pressionar as administrações escolares para racionalizar”, responde Neves.

A Sedu dará preferência aos funcionários que eram contratados pela empresa Shopping Limpe. Serão realizados contratos emergenciais por seis meses, tempo para ser aberto concurso público. Na questão de segurança, os vigias das escolas deverão ser substituídos por Policiais Militares. Em princípio, 260 policiais irão atuar de maneira mais efetiva na



Evaristo Borges

DEFICIÊNCIA

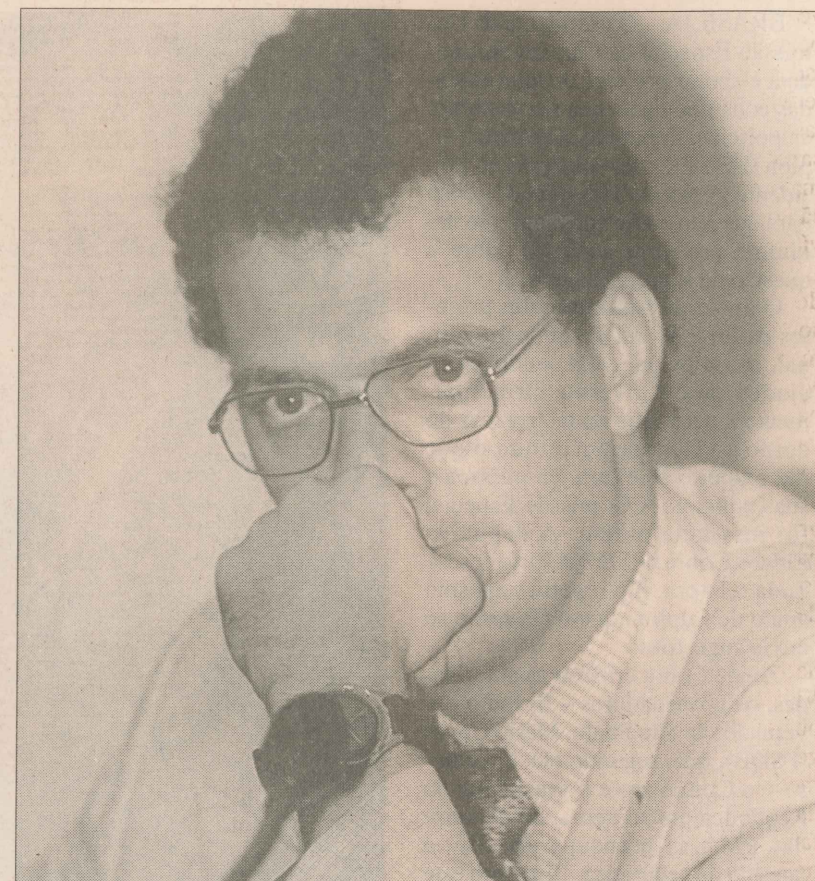
Colégios estaduais continuam sujos e abandonados, enquanto o Governo do Estado busca solução para o problema

Grande Vitória. A Sedu explica que nessa área os problemas são mais graves. O convênio com a Polícia Militar deve ser assinado hoje à tarde.

BRINCADEIRA – Enquanto a Sedu busca soluções legais, as escolas vivem em completo abandono. “Decretaram estado de emergência? Brincadeira. Só agora perceberam isso”, ironiza o coordenador do Colégio Estadual, Rogas Monteiro. Ele complementa, revoltado, que se a situação não for resolvida de imediato, o Estadual não terá condições de funcionar na próxima semana. “Sem funcioná-

rio para limpeza e secretaria é o caos”, garante Rogas Monteiro.

Ontem à tarde, pais e alunos esperavam desde às 7 horas da manhã para conseguir um histórico escolar. Só uma funcionária (já efetiva) fazia o atendimento. “Tento conseguir um histórico de minha filha desde segunda-feira. Que absurdo. Amanhã termina o dia para conseguir a dispensa da taxa para inscrição no vestibular da Ufes (Universidade Federal do Espírito Santo). Não tenho dinheiro. Quem vai pagar a inscrição? O Governo?”, questiona, nervosa, Maria de Fátima dos Santos.



Claudney Pessoa

SECRETÁRIO

Robson Neves diz que os contratos serão fechados por apenas seis meses

Liminar mantém Shopping Limpe na Sedu

A empresa Shopping Limpe ganhou na Justiça o direito de continuar prestando serviço à Secretaria de Estado de Educação (Sedu). Segundo o advogado da empresa, Sérgio Carlos de Souza, o resultado da liminar revertendo a rescisão contratual saiu ontem à tarde. “Consideramos a atitude do secretário Robson Neves ditatorial. Nós questionamos todas as acusações da Sedu. Não tivemos direito de defesa”, protesta o advogado.

Sérgio Carlos acrescenta que a empresa não tem conhecimento de quem fez as rasuras nas guias de recolhimento do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). “As cópias que estão lá não têm autenticação. Queremos saber por quem elas foram produzidas?”, questiona o advogado. As irregularidades foram detectadas a partir das rasuras nas guias.

O advogado Sérgio Carlos acrescenta que se a Sedu não suspender a rescisão do contrato,

tomará providências legais. “Será comprovada a desobediência à Justiça”, avalia Sérgio Carlos.

O secretário de Educação Robson Neves disse, ontem à noite, desconhecer o resultado da liminar. “Não recebi nenhum documento oficialmente. Mas nada irá alterar a decisão tomada”, garante o secretário. Robson Neves reafirma que a empresa Shopping Limpe cometeu irregularidades no recolhimento dos direitos trabalhistas.